

---

## ALGUMAS NOTAS SOBRE OS CAMELÔS E AMBULANTES NA ÁREA CENTRAL DE UBERLÂNDIA

Fábio Luiz Bertolucci  
Professor de Geografia  
Mestrando em Geografia Humana/USP

**RESUMO:** *Nos últimos anos, especialmente nas médias e grandes cidades, é crescente o número de trabalhadores envolvidos em atividades da economia informal. Para alguns teóricos, este fenômeno é explicado pela crise estrutural da economia brasileira, que resulta em um grande número de desempregados, que buscam na economia “subterrânea” uma alternativa de sobrevivência. Para outros, esta faz parte do próprio sistema capitalista, que a reproduz e mantém, alimentando a mais-valia de várias empresas, sustentadas pelo não-pagamento de impostos e exploração dos subempregados. Neste sentido, este artigo faz uma breve análise das atividades informais, suas origens e as principais questões a serem resolvidas, primeiramente no contexto nacional e, posteriormente, na cidade de Uberlândia, tendo como referência a figura dos camelôs e ambulantes.*

Palavras Chaves: *camelôs, ambulantes, economia informal, área central.*

**ABSTRACT:** *In the last years, specially in medium and big cities, the number of workers in informal economic activities has increased. For some theorists, this phenomenon can be explained by means of the economic crisis faced by the Brazilian economy, which results in a great number of unemployed people who find in the “underground” economy a way to survive. For others, it is just part of the capitalism system itself, which reproduces and maintains it, furnishing the profit of many companies, which are sustained by the tax evasion and the exploitation of subworkers. This paper makes a brief analysis of the informal activities, its origin and the major questions to be solved, initially in a national context and afterwards in the city of Uberlandia, using as a reference the street vendors.*

Key Words: *street vendors, informal economy, central area*

---

Nos últimos anos, desde o final do dito “milagre econômico” (1973-1974) e a partir da década de 80, marcada pela recessão e pelo desemprego, vários estudos têm se preocupado com um fenômeno que atinge as cidades médias e grandes do País: a expansão da chamada economia informal, que recebe vários rótulos, como economia subterrânea, “circuito inferior”, criptoconomia, invisível, clandestina, oculta, que “não existe nos dados oficiais sobre o PIB, (Produto Interno Bruto),

PNB (Produto Nacional Bruto), Contabilidade Nacional e Riqueza Nacional.” (PINHO, 1986:11)

“Em toda a América Latina, o fenômeno se repete: amplo contingente da força de trabalho considerada excedente reage com agilidade às mudanças na conjuntura econômica, e na medida em que não encontra espaço para incorporar-se ao processo de industrialização capitalista e suas tecnologias



importadas, poupadoras de mão-de-obra, insere-se em ocupações geradas através de pequenas unidades de produção. Somando-se a este quadro o crescimento populacional, as migrações internas e a péssima qualidade de vida - leia-se falta de acesso aos bens e serviços essenciais - a saída é a ocupação em atividades do setor informal." (COELHO, 1992:26)

Tal ramo da economia envolve diferentes atividades: a micro-empresa de fundo-de-quintal de base familiar e que vive na clandestinidade; a produção hortifruti-granjeira, onde a relação produtor-intermediário-consumidor não é regulada pelos órgãos oficiais e "as baixas relações de assalariamento e o trabalho familiar no meio rural resultam em alta informalidade e invisibilidade (ausência de registro oficial ou contribuição à Previdência)" (PATRÍCIO, 1994:27); as bancas de jornais e revistas; as barracas de eletrônicos, cigarros, alimentos etc; "comerciantes que não emitem nota fiscal, exportadores que subfaturam, importadores que sobrefaturam, empresários que possuem empregados fora da fora, a prática de "Caixa 2" nas empresas (...)" (MARQUES, 1992:11). Ou seja, uma gama de produtos e serviços, que direta ou indiretamente, contribuem para a geração de uma considerável parcela da renda nacional e de empregos, mas que sonegam um grande volume de impostos, que poderiam ser investidos em obras de caráter social ou na melhoria da infra-estrutura econômica do País.

"A economia submersa possui diversas facetas, entre as quais, as mais importantes são o volume de produção não declarada, a evasão decorrente de impostos e o número de empregados contratados clandestinamente." (CACCIAMALI, \_\_\_\_:12)

Considerada como uma anomalia econômica, o crescimento das atividades informais no Brasil reflete a combinação de três fatores: 1) o excesso de burocracia, que desestimula a regularização de novas empresas (geralmente micro e pequenas); 2)

a elevada cobrança de impostos, em todos os níveis, fazendo com que as empresas burlam o Fisco; 3) o desemprego estrutural e os baixos padrões salariais nas atividades formais.

"Este setor informal tem todas as conhecidas desvantagens de variação de rendimentos devido à falta de trabalho regular, ausência de qualquer cobertura por parte da assistência social, falta de amparo legal ou regulamentação do trabalho etc. Ele tem, entretanto, vantagens como não exigir credenciais oficiais de educação, de ter horas de trabalho flexíveis, de permitir o trabalho "por conta própria" e liberdade de disciplina e autoridade de trabalho, de servir a pessoas que às vezes teriam dificuldade de obter empregos no mercado formal (mulheres, crianças, velhos, os que têm deficiências físicas etc) e de permitir ter vários empregos simultaneamente (isto é, trabalho ao mesmo tempo no setor formal e informal)." (OLIVEN, 1984:112)

As grandes preocupações, principalmente por parte dos governantes (sejam estadual, municipal ou federal), no que diz respeito à economia informal, são: 1) como controlar o seu crescimento; 2) como mensurá-la, já que a mesma não obedece às regras de controle oficial; 3) como criar mecanismos para a sua regulação e funcionamento. "Sem dúvida, o Brasil é o paraíso da informalidade. Altas autoridades do Governo chegam a afirmar que é o jeito brasileiro de enfrentar a crise, mas a verdade é que não é privilégio nosso. Na Europa, a Alemanha é campeã na modalidade, com 30% de sua economia subterrânea e, na América do Sul, mais de 50% da produção do Peru esconde-se na informalidade." (COELHO, 1992:27).

De um lado, a economia informal é responsável pela criação de muitos empregos, absorvendo boa parte dos trabalhadores desempregados, especialmente pelas inovações tecnológicas do parque industrial e informatização do setor terciário. Por outro, ela estimula alguns ramos da economia formal,



pois comercializa produtos industrializados de baixo custo (como brinquedos, roupas, sapatos, revistas etc), bem como os salários advindos das atividades informais são gastos nos estabelecimentos oficiais, como shopping centers, supermercados, lojas de departamentos, entre outros. De acordo com reportagem da Revista VEJA (1996:106), “os economistas estudiosos do assunto calculam que a economia informal envolva 30% dos trabalhadores brasileiros e que produza algo em torno de 200 bilhões de reais por ano. (...)” Complementando esta visão, FARIA (1991:117) aponta que para o “começo do século XXI teríamos quase 20 milhões de trabalhadores urbanos em situação ocupacional irregular e precária. Se for assim, poderemos ser, se não a maior, uma das maiores economias urbano-industriais pobres do mundo(...)”.

“Existe uma estreita relação do comércio de rua com o processo de acumulação. O comércio de rua, além de manter o excedente, criando as condições para a reprodução do capital, distribui artigos produzidos por empresas capitalistas, concretizando a mais-valia. Sua existência, pois garante não apenas a sobrevivência da força de trabalho, mas do próprio capital.” (CARVALHO, 1989:33)

No entanto, a principal crítica que se faz à este ramo econômico é que o mesmo não contribui, diretamente, com encargos, sejam trabalhistas ou impostos públicos, porém utiliza-se de bens públicos tornando-os privados, como as calçadas, as praças públicas, as marquises de ônibus, apropriando um espaço de uso comum e mantido pela comunidade que paga seus tributos e segue as normas oficiais. Por conta disto, as associações comerciais questionam o papel do Governo, de qualquer instância, que fecha os olhos para tal situação, permitindo a sonegação tributária e a comercialização de produtos contrabandeados, enquanto lojistas regularmente credenciados são penalizados e sem chances de concorrência.

“Além do mais, não se observa, por parte das autoridades competentes, uma política definida em relação à atividade desenvolvida pelos camelôs e, assim sendo, sua ação é contraditória, sucedendo-se momentos de repressão e de tolerância.” (ERTHAL, 1984:180)

Nas grandes metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, tal fato é mais significativo, pois à medida que se tornaram pólos de atração, através da expansão urbana-industrial, receberam grandes fluxos de trabalhadores, em sua grande maioria desqualificados, que não foram absorvidos pelo mercado formal, fazendo com que buscassem na “informalidade” condições de sobrevivência. Inclusive, nesses centros urbanos, consolidaram-se grupos fortíssimos e com peso político, que passaram a controlar as atividades informais, contratando funcionários, obtendo elevados ganhos com a exploração de terceiros, sem no entanto, participarem do pagamento de impostos.

Desta maneira, “o setor informal seria a saída espontânea e criativa, encontrada principalmente pelas camadas populares, face à incapacidade do Estado em satisfazer suas aspirações mais elementares. Em consequência, a “opção” pela ilegalidade em seus negócios e ocupações constituiria a única possibilidade aberta às classes de baixa renda tanto na busca de sua sobrevivência como na de fontes mais produtivas de trabalho” (AZEVEDO, 1988:138).

Nas médias cidades tal fenômeno é mais recente, pois as mesmas vão atrair fluxos demográficos na medida em que criam frentes de trabalho - implantação de distritos industriais, com o processo de desconcentração industrial, expansão comercial -, bem como investimentos na melhoria da infra-estrutura urbana - criação de hospitais, universidades públicas ou privadas, disponibilidade de moradias etc -, apresentando, pelo menos na aparência, um melhor padrão de qualidade de vida em comparação com os grandes centros.



(...) Por isso, a grande cidade, mais do que antes, é um pólo de pobreza ( a periferia no pólo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades “marginais”, sob o ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal. (...)” (SANTOS, 1994:10)

É neste panorama que podemos situar a cidade de Uberlândia, localizada no Triângulo Mineiro, numa região que nos últimos anos tem apresentado um crescimento econômico significativo, principalmente vinculado às atividades agropecuárias, atacadistas e industriais. Atualmente, com uma população estimada em torno de 400.000 habitantes, dotada de uma boa infra-estrutura urbana, considerada como uma das melhores do interior brasileiro, tendo como fatores de atração a Universidade Federal de Uberlândia, o Hospital de Clínicas e o Distrito Industrial, mas, por outro lado, apresentando índices crescentes de miséria, violência, desemprego, poluição, atividades informais, entre outros.

Outro fator relevante, que muito influenciou quanto ao papel da cidade no contexto regional e nacional, é sua localização geográfica privilegiada, transformando-a num pólo de atração populacional e de investimentos, ou seja, numa área de confluência de importantes rodovias, que interligam os grandes centros econômicos ao interior. Segundo MACHADO (1991:40), “para compreendermos o papel de destaque assumido pelo município no cenário nacional, é necessário apontarmos a construção de Brasília que, na segunda metade de 1950, fará da região de Uberlândia “ponto obrigatório de entrecruzamento do sul, norte e nordeste com o CentroOeste do País”. Nessa perspectiva, investimentos federais passam a ser canalizados para Uberlândia como forma de viabilização da integração nacional, contida no projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek.”

No contexto estadual, é a terceira cidade em arrecadação de impostos e, por parte do empresariado e da política locais, tem recebido grandes investimentos no sentido de reestruturar sua área urbana, com objetivo de transformá-la num centro de tecnologia de ponta (tecnópolis), tornando a cidade mais atraente para populações que a buscam com vista a um emprego, uma vaga na universidade pública, ao amparo social dos órgãos públicos ou privados, enfim, que esperam encontrar em Uberlândia condições de melhoria social, econômica e educacional.

No entanto, a crise econômica pela qual o País atravessa nos últimos anos atingiu a economia local, provocando a falência de várias empresas que não conseguiram competir com novos estabelecimentos de médio e grande portes que se instalaram na cidade. E, neste sentido, muitos trabalhadores dispensados se viram forçados a recorrer à economia informal, principalmente enquanto camelôs e ambulantes, trabalhando para terceiros ou por conta própria, revendendo produtos de baixo custo, sejam eletrônicos, alimentícios, bens industriais diversos ou artesanais, ocupando e privatizando espaços públicos, onde a circulação de pessoas é mais intensa - especialmente na área central em torno das avenidas principais, das praças, escolas e paradas de ônibus - , gerando conflitos com o comércio estabelecido, forçando a Prefeitura Municipal a definir regras e aprovar leis específicas, com o intuito de regular e conter a expansão de tais atividades.

“Em meados da década dos 80 expandiu-se um comércio ambulante, na praça Tubal Vilela, ocupado por indivíduos que não conseguiam ser incorporados ao mercado de trabalho formal. Estes encontravam na rua sua possibilidade de produzir e assim garantir sua sobrevivência. Esse comércio criou um espaço único e singular, com vários tipos de produtos e serviços. Eram encontrados aí ervas medicinais, artesanatos regionais, mercadorias importadas do Paraguai, que tomavam



conta da praça.(...)” (SOARES&RAMIRES, 1993:32)

Como o tema principal do presente artigo é o estudo apenas dos camelôs e ambulantes, enquanto elementos da economia informal, torna-se importante diferenciá-los, pois são tratados como se fossem a mesma coisa. Os primeiros, ou seja, os camelôs, têm ponto fixo, definido na via pública, vendendo suas mercadorias numa banca improvisada ou em barracas de melhor qualidade (ex.: sanduíches, caldo-de-cana). Geralmente, possuem autorização da Prefeitura Municipal para trabalharem, recebendo um credenciamento. O segundo grupo, os ambulantes, não têm um lugar específico para comercializarem seus produtos, podendo estar a cada dia num ponto diferente da área central. Suas mercadorias são mais baratas do que as negociadas pelos camelôs e mais fáceis de serem transportadas, principalmente quando precisam fugir da fiscalização, pois não possuem nenhuma autorização oficial. Neste caso, temos o vendedor de churrasquinho, o pipoqueiro, a fita falsificada, a “sena acumulada”, lápis, canetas, chocolates, etc.

Vários são os problemas que tais personagens da vida urbana enfrentam, ou causam, pois se de um lado estão gerando divisas e participando da circulação de mercadorias, por outro, não fazem parte das estatísticas oficiais enquanto trabalhadores, não têm direitos, pois não são contribuintes e, principalmente, sofrem a pressão do comércio formal, que se vê obrigado a pagar impostos e direitos trabalhistas, tendo à sua porta uma banca de cigarros, calculadoras, brinquedos e outros bens. Assim sendo, criam uma situação delicada para a Prefeitura Municipal e a Receita Federal, para que tomem uma atitude frente a essas questões. Segundo AZEVEDO (1988:138) “isto porque, ao não serem registrados e, portanto, sujeitos a regulamentos e impostos, os empresários e vendedores clandestinos, além de obterem vantagens óbvias no mercado, também privariam o Estado de recursos para atender às necessidades do

bem-estar social e de infra-estrutura.”

Outro problema é a ocupação desordenada de áreas públicas, transformadas em espaços privados. As calçadas das avenidas centrais, como Floriano Peixoto e Afonso Pena, destinadas à circulação de pedestres, são ocupadas por bancas, forçando os mesmos a utilizarem o espaço de circulação de veículos, causando inclusive acidentes. As marquises de parada dos ônibus, que deveriam abrigar os usuários, ao contrário, servem como proteção em dias de muito calor ou de chuvas para os ambulantes, expulsando os passageiros. As praças, áreas de lazer da população, que mais parecem um mercado ao céu aberto, bastante descaracterizadas e degradadas em termos ambientais.

*“Oito pilha um real...É o lápis barato, barato é o lápis...vinte-cinco ficha um real...De um lado as ofertas em pregão; de outro, as opiniões diversas e contrastantes sobre os camelôs: são vítimas do desemprego, trabalhadores como outro qualquer, não passam de espertinhos, concorrentes desleais, atrapalham o trânsito dos pedestres...Preconceito, exagero, demagogia, condescendência. Nesta saga, os camelôs passam de vítimas a heróis ou vilões.(...)” (PATRÍCIO,1994:8)*

Além disto, a sujeira acumulada e abandonada nas áreas ocupadas comprometem a questão ambiental, deteriorando-as e influenciando até mesmo no preço dos imóveis das proximidades.

Como mecanismo oficial para resolver tais situações, a Prefeitura local implantou um “camelódromo”, que está funcionando com aproximadamente 90 barracas, remanejadas da Praça Oswaldo Cruz e da Avenida Afonso Pena (proximidades do Fórum de Justiça), promovendo uma “legalização” de parte destes trabalhadores, padronizando as barracas e colocando certas restrições quanto às mercadorias comercializadas.



De acordo com o Decreto nº 6669 de 19 de maio de 1995, que regulamenta a Lei nº 6044, de 30 de junho de 1994, que “regula o comércio ambulante e dá outras providências”, está contido no art. 5º, parágrafo único: “**não será permitido o comércio de bebidas alcoólicas, cigarros, produtos eletrodomésticos, elétricos, eletrônicos, sejam nacionais ou estrangeiros.**” Com a transferência para o “camelódromo” houve uma queda nas vendas, pois a área escolhida não apresenta grande circulação de pedestres, fazendo com que as barracas ainda comercializem mercadorias proibidas pela lei, mas atrativas para os consumidores, como produtos importados do Paraguai, com preços inferiores, em relação ao comércio formal.

Quanto aos ambulantes, num primeiro momento, em que a fiscalização foi mais rigorosa, com a apreensão de mercadorias, observou-se uma significativa diminuição, o que atualmente já não acontece. Inclusive, percebe-se que os mesmos aumentaram, principalmente na Praça Tubal Vilela, que é o ponto central de ônibus e de circulação de pessoas na cidade.

Por parte dos camelôs e ambulantes, eles se organizaram e fundaram duas associações - Associação Profissional de Vendedores Ambulantes de Uberlândia e Associação Profissional de Camelôs Vendedores Autônomos de Uberlândia - que buscam, junto à Prefeitura e políticos locais, melhores condições de trabalho e maior reconhecimento por parte da sociedade civil.

Desta maneira, uma situação que para muitos parecia transitória, ou seja, a permanência em atividades informais, com baixo padrão salarial, marginalizado nas estatísticas oficiais e trabalhando em precárias condições, vai-se tornando definitiva, na medida em que o sistema capitalista não tem condições de absorvê-los, bem como muitos sentem-se melhores enquanto “donos” de seu negócio e de seu tempo. A ausência da relação

empregador-empregado, em alguns casos, supera a situação da clandestinidade.

“As políticas de desenvolvimento para o setor informal pressupõem uma reorientação no modelo econômico adotado pelo Estado e investimentos significativos no fator trabalho, alterando a correlação de forças do próprio Estado. Caracterizam-se como estratégias de desenvolvimento econômico e social, de maneira a mudar, significativamente, as condições de reprodução dos que se inserem no setor informal.” (CARVALHO, 1989:28)

## BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago. Economia informal: uma revolução em marcha? *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 9(1):136-140.

\_\_\_\_\_. Propostas teóricas para o Estudo das Ocupações ditas Informais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 2(1):51-74.

CACCIAMALI, M. C. *As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda*. USP/FEA, mimeo.

CARVALHO, Valéria V. de. O setor informal, o Estado e os movimentos sociais. *Cadernos do CEAS*, n.124, Novembro/Dezembro 1989, p.22-41.

COELHO, Tânia. Economia informal: crescem os pequenos. *Cadernos do Terceiro Mundo*, n.151, Junho/1992, p.26-30.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. *Anel, cordão, perfume barato: uma literatura do espaço ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo, EDUSP, 1989.

ERTHAL, Rui. O comércio informal em Niterói. In: *4o. Congresso Brasileiro de Geógrafos, Contribuições Científicas*, São Paulo, Julho/1984, p.180.186.

FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil - Tendências e

- Perspectivas. *Novos Estudos CEBRAP* n.29, Março/1991, p.98-119.
- GEIGER, Pedro P. A urbanização brasileira nos novos contextos contemporâneos. *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Maria Flora Gonçalves (org.). - Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p. 23-40.
- IBRE. A força da economia submersa. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 43(6), Junho/1989, p.9-12.
- MACHADO, Maria Clara T. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. *História & Perspectivas*, Uberlândia, 4:37-77, Janeiro/Junho/1991.
- MARQUES, João Luiz Faustino. Criptoeconomia: Uma Análise Teórica e Empírica do Fenômeno. *Monografias vencedoras - 4o. Prêmio Minas de Economia*, 1991, Categoria Universitário, Belo Horizonte, BDMG, 1992, p.3-41.
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- PATRÍCIO, Patrícia Sales. *A saga dos camelôs*. São Paulo, USP/ECA, Dezembro/1994, mimeo.
- PINHO, Diva Benevides. *Economia informal, tecnologia apropriada e associativismo*. Série Relatórios de Pesquisa n.33, São Paulo, FEA/USP/IPE, 1986.
- Prefeitura Municipal de Uberlândia. Lei nr. 6044 de 30 de Junho de 1994, que regula o Comércio Ambulante e dá outras providências.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 2a. ed. São Paulo, Hucitec, 1994.
- SOARES, Beatriz R., RAMIRES, Júlio C. de Lima. As transformações do Centro de Uberlândia no Contexto da Expansão da Cidade. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 5(9 e 10):25-38, janeiro/dezembro 1993.
- VEJA, Revista. *Debaixo do pano*. São Paulo, Ed. Abril, 05/06/96 p.106-107.